



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1012980-20.2017.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Defeito, nulidade ou anulação**
 Requerente: **Eder Augusto Moraes da Silva**
 Requerido: **Fundo de Investimento Em Direitos Creditórios Não Padronizados Npl 1**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Marcelo Luiz Seixas Cabral**

Vistos.

EDER AUGUSTO MORAIS DA SILVA ajuizou ação declaratória de inexigibilidade de débito c/c pedido liminar de sustação dos efeitos publicísticos em face de **FIDC NPL I**. Preliminarmente, pleiteou pelo benefício da justiça gratuita, concedido (fl.28). No mérito, alegou que tomou conhecimento que seu nome estava inserido em órgãos de proteção ao crédito (SERASA e SCPC), e que tais inscrições haviam sido efetuadas pela empresa requerida. Afirmou desconhecer a origem dos valores cobrados e que, ao buscar informações acerca da mesma, não logrou êxito. Declarou nunca ter efetuado qualquer operação mercantil com a ré, sendo os valores indevidos, além de prescritos, se levada em conta a data do débito, 14/02/2014. Relatou que a indevida inscrição vem lhe causando transtornos. Requereu pela antecipação da tutela, oficiando-se ao SCPC e ao SERASA para que se suspendam os efeitos publicísticos dos lançamentos constantes em nome do autor. Por derradeiro, pleiteou pela inversão do ônus da prova, requerendo que a ré traga aos autos documentos comprobatórios da relação jurídica que supostamente existe entre as partes.

Encartados à inicial vieram os documentos de fls. 12/17, e posteriormente 22/26.

Concedida a gratuidade pleiteada e indeferido o pedido de liminar (fl. 28).

Citada (fl. 33), a ré se manteve inerte (fl. 34).

É o relatório.

Fundamento e decido.

Não havendo necessidade de produção probatória, pertinente o julgamento antecipado da lide, na forma do art. 355, inciso I, do NCPC. Friso que a prova necessária é estritamente documental, sendo que o feito conta com o conjunto probatório suficiente para o



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

desfecho da lide. Nesse sentido:

"Presente as condições que ensejam o julgamento antecipado da causa, é dever do juiz, e não mera faculdade, assim proceder." (STJ, Resp. 2.832-RJ, relator Ministro Sálvio de Figueiredo, julgado em 04/12/91)."

Conquanto regularmente citada, a requerida se manteve inerte e não contestou o feito. Assim, deve se submeter aos efeitos da revelia, nos termos do art. 344, do CPC. *In verbis*: "Se o réu não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor".

Ficando incontroversos os fatos alegados na petição inicial, resta apenas a análise quanto ao direito do requerente, o que deve ser feito, já que a revelia não induz necessariamente à procedência.

O documento de fl. 17 comprova devidamente a existência do cadastro em nome do autor, nos órgãos de proteção ao crédito, efetuado pela empresa ré, assim como mencionado em inicial.

Cabia à parte ré a prova inequívoca da realização da transação, cujo inadimplemento ensejou a inserção do nome do autor no sistema de maus pagadores dos órgãos de proteção ao crédito, o que não se deu.

A responsabilidade pelos cadastros, exame de documentos, celebração de contratos, lançamento de restrições negativas, entre outras operações, é da parte requerida, que deverá arcar com os riscos a que esta sujeita, no desempenho de suas atividades.

Ademais, a ré teve a oportunidade de se defender, caso a realidade fosse diversa da apresentada pela parte requerente. No entanto, se manteve inerte e não veio aos autos para explicitar outra versão dos fatos.

Ante o exposto, **JULGO PROCEDENTE** a ação, extinguindo o feito com resolução do mérito, nos termos do artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil, para declarar a inexigibilidade dos débitos negativados, determinando a baixa dos apontamentos junto aos órgãos de proteção ao crédito.

Proceda, a serventia, a imediata exclusão da inscrição do nome do autor dos cadastros de inadimplentes, em relação ao cadastro discutidos nestes autos, através do sistema SERASAJUD.

Condene a ré ao pagamento das despesas, custas processuais e honorários advocatícios que arbitro em 15% do valor atualizado da causa.

Na hipótese de interposição de apelação, tendo em vista a nova sistemática


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

estabelecida pelo NCPC que extinguiu o juízo de admissibilidade a ser exercido pelo juiz "a quo" (art. 1.010 NCPC), sem nova conclusão, intime-se a parte contratia para que ofereça resposta no prazo de 15 dias. Havendo recurso adesivo, também deve ser intimada a parte contrária para que ofereça contrarrazões. Após com ou sem resposta, encaminhem os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça.

Com o trânsito em julgado, nos termos do Comunicado CG nº 1789/2017, em caso de procedência e procedência parcial da ação, à serventia para lançar a movimentação "Cód. 60698 – Trânsito em Julgado às partes – Proc. em Andamento".

Aguarde-se por 30 dias eventual requerimento da fase de cumprimento de sentença, que deverá ser feito nos moldes dos artigos 523 e 524 do CPC, classificando a petição como incidente processual, no momento do peticionamento eletrônico.

Não havendo requerimento da fase de cumprimento de sentença, os autos de conhecimento seguirão ao arquivo provisório ("Cód. 61614 – Arquivado Provisoriamente"), sem prejuízo de seu desarquivamento a pedido da parte.

Havendo requerimento da fase de cumprimento de sentença, o processo de conhecimento será arquivado definitivamente ("Cód. 61615 – Arquivado Definitivamente"), tudo conforme Comunicado CG nº 1789/2017.

São Carlos, 03 de maio de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**